

Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: O caso de Macapá (AP)



Jadson Luís Rebelo Porto*
Emmanuel Raimundo Costa Santo**
Maria Luiza de Castro***
Carlos Rinaldo Nogueira Martins****
Lúcia Aparecida Furlan*****

Resumo

As discussões sobre cidade média no cenário amazônico ainda são reduzidas. Os primeiros debates sobre cidades médias no Brasil (década de 1970) adotaram como elemento definidor de classificação do porte médio apenas o parâmetro demográfico. Contudo, novos estudos buscam identificar o papel funcional dessas cidades na rede urbana. Desse modo, a cidade assumiu o papel de ser elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a re-socialização da população migrante. O Estado do Amapá encontra-se na fronteira setentrional amazônica e possui 16 municípios, sendo que mais de 80% da população estadual encontra-se nas cidades de Macapá e Santana. Este trabalho objetiva analisar dentre os diversos aspectos das dinâmicas urbanas amapaenses, aquelas que são sugeridas pelas políticas públicas de ordenamento territorial e as transformações socioespaciais urbanas de Macapá, a partir dos seguintes enfoques: o geoeconômico, ao analisar os setores econômicos atuantes

* Geógrafo. Doutor em Economia. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. e-mail: jadsonporto@unifap.br

** Doutorando em Geografia – UNESP – Presidente Prudente. Professor de Geografia Humana da UNIFAP.

*** Arquiteta. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. UFPA / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Professora da Universidade Federal do Amapá. e-mail: luiza@pattrol.com.br

**** Enfermeiro. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP. Professor de Administração Aplicada à Enfermagem da UNIFAP. e-mail: rinaldo@unifap.br.

***** Economista Doméstica. Discente do Curso de Especialização em Gestão Urbana da UNIFAP. e-mail: luciafurlan@unifap.br



no seu espaço urbano e seus reflexos na sua organização espacial dentro do Estado do Amapá; o geopolítico, ao estudar a importância da cidade na defesa da fronteira amazônica; e o sociogeográfico, ao se analisar as transformações espaciais e os seus reflexos nas estruturas sociais amapaenses. Do ponto de vista regional, o debate sobre as cidades médias guarda especificidades que precisam ser entendidas e explicadas, a partir de questões como: Quais foram os impactos dos ajustes espaciais em Macapá à medida que próteses e sistemas de engenharias foram implantados em seu território? Quais fatores foram definidores para que se constituísse Macapá como cidade média?

Palavras-chave: Amapá. Cidades Médias. Faixa de Fronteira.

Abstract

The discussions on the subject of medium cities into the Amazonian scene are still limited. In Brazil, the first debates on medium cities (decade of 1970) have adopted the demographic parameter alone, as a defining element for the classification of a medium size. However, new studies have sought to identify the functional role of these cities in the urban network. Thus, the city has acquired a new role as a mediating element between the development policies generated for the region and the re-socialization of the migrant population. The State of Amapá is in the northern Amazon region border and has 16 municipalities, with over 80% of its population living in the cities of Macapá and Santana. Departing from different aspects of the urban dynamics in the state, this work aims at analyzing those suggested by the public policies of land use, as well as the urban socio-spatial transformations of Macapá, using the following approaches: the geo-economic one, when looking over the economic sectors active in the urban space and their reflexes in the spatial organization within the State of Amapá; the geopolitical one, when studying the importance of the city in protecting the Amazon frontier; and the socio-geographic one, when analyzing the spatial



changes and their repercussions on social structures of Amapá. From the regional point of view, the debate on the medium cities holds specificities that must be understood and explained, departing from issues such as: What were the impacts of the space adjustments in Macapá as systems engineering and prostheses were implanted in its territory? Which factors were defining for the constitution of Macapá as a medium city?

Keywords: Amapá. Medium Cities. Regional Border.

Introdução

O tema cidade média necessita de maiores discussões no cenário brasileiro; dos reduzidos estudos, a maioria das análises são reflexões do eixo centro sul, cujas características do processo de urbanização são completamente distintas do cenário amazônico, tais como: o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos.

Poucos trabalhos foram tecidos sobre o tema cidade média na Amazônia. No Estado do Amapá há duas cidades que poderiam ser pensadas como cidades médias de acordo com as suas características demográficas: Macapá (380 mil habitantes) a capital do Estado; e Santana (101 mil habitantes, segundo a contagem de 2006, embora a contagem de 2007 indique 92 mil), distantes apenas 16 km uma da outra. Este Estado encontra-se na fronteira setentrional amazônica e mais de 70% de seu espaço possui algum tipo de restrição de uso devido à implantação de Unidades de Conservação e Reservas Indígenas. Possui 16 municípios, sendo que mais de 80% da população estadual encontra-se naquelas duas cidades.

Este trabalho objetiva analisar, dentre os diversos aspectos das dinâmicas urbanas amapaenses, aquelas que são sugeridas pelas políticas públicas de ordenamento territorial e as transformações socioespaciais urbanas de Macapá, a partir dos seguintes enfoques: o geoeconômico, ao analisar os setores econômicos

atuantes no seu espaço urbano e seus reflexos na sua organização espacial dentro do Estado do Amapá; o geopolítico, ao estudar a importância da cidade na defesa da fronteira amazônica; e o sociogeográfico, ao se analisar as transformações espaciais e os seus reflexos nas estruturas sociais amapaenses.

Do ponto de vista regional, o debate sobre as cidades médias guarda especificidades que precisam ser entendidas e explicadas, a partir de questões como: Quais foram os impactos dos ajustes espaciais em Macapá à medida que próteses e sistemas de engenharias foram implantados em seu território? Quais fatores foram definidores para que se constituísse Macapá como cidade média?

Cidades médias: reflexões e angústias

Vários autores têm discutido o tema cidade média no cenário brasileiro (SPOSITO, 2001; PONTES, 2001; ANDRADE; SERRA, 2001; AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002; BESSA, 2005 a e b; SPOSITO et al. 2006). Contudo, no que tange este debate para a escala amazônica, reduzidas são as obras divulgadas, dentre elas se destaca Pereira (2004). Os primeiros debates sobre cidades médias no Brasil (década de 1970) adotaram como elemento definidor de classificação do porte médio apenas o parâmetro demográfico. Contudo, novos estudos buscam identificar o papel funcional dessas cidades na rede urbana, tais como: distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica favorável, capacidade de retenção da população migrante e estrutura para ofertar bens e serviços.

Ao observar tais considerações para o contexto amazônico, outros fatores também colaboraram para o desenvolvimento da sua fronteira urbana, como o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos. Desse modo, a cidade assumiu o papel de ser elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para



a região e a ressocialização da população migrante – a força de trabalho móvel, característica desse tipo de fronteira (BECKER, 1987).

Por outro lado, estudos mais recentes indicam novas tendências, não presentes nas décadas anteriores (PEREIRA, 2004). De um lado, o reforço da metrópole dispersa ou “metropolização”, como conceitua Trindade Jr (1998); de outro lado, a proliferação de pequenas cidades, a ocorrência de *company towns* (OLIVEIRA, 2000; TRINDADE JR., 2002) e o crescimento dinâmico de novos núcleos urbanos – as cidades médias.

Sobre cidade média na Amazônia, destaca as reflexões feitas por Pereira (2004), quando analisou o caso de Santarém (PA). Para este trabalho, reflexões semelhantes serão avaliadas para o caso amapaense. Contudo, diferentemente do caso santareno, no Estado do Amapá há duas cidades que poderiam ser pensadas como cidades médias de acordo com as suas características demográficas: Macapá e Santana.

Vários fatores devem ser levados em consideração ao se pensar a cidade média, tais como: a função da cidade, a interação espacial, a dimensão demográfica, a qualidade das ofertas de serviços, dentre outros.

Para o caso amapaense, torna-se mais complexa a reflexão, pois a sua conectividade com as outras regiões brasileiras não se efetiva via terrestre, mas sim via fluvial ou aérea. Com isso, a importância de Macapá e Santana para o seu contexto sub-regional, principalmente para o norte da América do Sul é imenso. O porto de Santana, por exemplo, é capaz de receber embarcações de calado acima de 11,5 m, semelhante aos principais portos brasileiros e superior aos de Belém e da Guiana Francesa (CASTRO; PORTO, 2007).

Com isso, a interação espacial do espaço amapaense e o do norte da América do Sul a partir de Macapá/Santana significa ampliar as dinâmicas territoriais que esses dois municípios possuem. Pelo Município de Santana se tem a interação em volume mediante a sua recepção de produtos nas escalas regional e global a

partir de seu porto; Macapá, por sua vez, ocorre pela velocidade (aeroporto) e pela distribuição (comércio atacadista).

Neste sentido, Macapá e Santana se configuram como cidades médias, não somente pelo contexto demográfico (embora o IBGE registrasse em Santana 92 mil habitantes), mas também pela funcionalidade e pela interação que esses dois municípios possuem para esta parcela da margem esquerda da foz do rio Amazonas.

Formação do espaço amapaense

O Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988) e apresenta-se em um processo de construção de sua organização e ordenamento espacial. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A ocupação de seu espaço no século XX foi estimulada pela exploração de suas matérias primas (minérios, madeira) de grandes projetos (ICOMI, na exploração do manganês; Complexo Industrial do Jari, na fabricação de celulose e exploração do caulim; AMCEL, na silvicultura de pinhos e eucaliptos para celulose) e apoiadas por políticas públicas do Governo Federal (PORTO, 2003).

Desmembrado do vizinho Estado do Pará, no século XX aconteceram várias reestruturações territoriais, refletindo em suas redelimitações municipais e redefinições territoriais do/no espaço amapaense, as quais foram resultantes de preocupações diversas tais como: geopolítica, devido à fronteira com a Guiana Francesa (Amapá e Oiapoque); atração de companhias de mineração, grandes fazendas de gado e silvicultura (Santana, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Vitória do Jari); pela exploração aurífera (Calçoene); pela construção da Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Ferreira



Gomes) e de reivindicações de poder local, o que resultou no processo de municipalização do território (Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal, e Pracuúba).

Segundo Porto (2003, p. 109-178), três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, e que repercutiram no aumento do movimento migratório, na sua urbanização e na sua reorganização espacial. Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

No primeiro período ocorre a formação e estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense. Sob a propaganda de defesa nacional, foi ocupada a área limdeira com a criação de uma nova Unidade Federativa *sui generis* denominada de Território Federal. Neste período foram criadas diretrizes políticas e administrativas desses entes federativos, implantadas infra-estruturas e estimuladas atividades econômicas pelo Governo Federal, principalmente no setor do extrativismo mineral.

No segundo, tentou-se incluir os Territórios Federais na fase do planejamento regional, mas o que se viu na prática foi uma série de intenções elaboradas pelos seus dirigentes, a fim de responder às imposições do Decreto-Lei n. 411/69 e garantir o dinamismo político, jurídico e econômico próprios, apesar de continuarem vinculados às decisões do Governo Central, como se fossem departamentos do Ministério do Interior (PORTO, 2003; PORTO; BIANCHETTI, 2005).

Quanto ao terceiro, as transformações pelas quais o Amapá vem passando desde a Constituição de 1988 abrangem os âmbitos político, econômico e político-administrativo no Amapá (PORTO, 2003). Com a estadualização, as expectativas criadas pelas novas relações deste novo Estado com o federalismo brasileiro estimularam reflexões sobre sua nova realidade em um período de crise federativa, buscando ainda alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção ao seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone. Diversos

fatores devem ser considerados para se analisar as dinâmicas que influenciaram na organização do espaço amapaense, dentre os quais se destacam: a conectividade com as escalas regional e global (LIMA; PORTO, 2007); a influência institucional governamental (PORTO, 2003; 2005), a instalação de unidades de conservação (BRITO, 2003; PORTO, 2006), a questão fundiária (LIMA, 2004); a reinvenção do uso do território, com a retomada do potencial mineral com a inserção de novas tecnologias em áreas já exploradas; dentre outros.

O primeiro foi estimulado pela construção de vias de comunicação (ferrovia e rodovias) ligando Macapá/Santana ao interior do Estado, bem como a instalação de uma área portuária que conectou este espaço com o cenário global, inserindo o Amapá no circuito superior da economia exposto por Santos (2003; 2004).

O segundo é demonstrado pela construção do espaço amapaense, cuja magnitude do Estado (CHELALA, 2007) é expressa nas relações econômicas internas amapaenses e nas constantes redefinições políticas que as propostas de gestão do seu espaço, seja com Território Federal, seja como Estado. Porto (2003) expõe que as principais atividades econômicas executadas no espaço amapaense foram transformadas em diplomas legais (Decretos ou Decretos-lei), cujo final do texto orienta para o “cumpra-se”. Ou seja, houve uma decretização do desenvolvimento e não a sua efetivação.

O terceiro é um fator limitante de uso do espaço, pois tira as terras do mercado, mas não seus recursos naturais. Como fator de restrição de uso, não resta alternativa à população que não seja a ocupação da periferia urbana de Macapá e/ou Santana, onde se localizam os principais serviços urbanos do Estado.

O quarto é reflexo de sua origem como Território Federal. Enquanto terras federais, não há como geri-las nas escalas estadual e municipal. Considerando que mais de 80% das terras amapaenses são federais (sob a jurisdição do INCRA,



IBAMA, FUNAI), a regularização fundiária é inviável, causando, com isso, ocupações irregulares em seu espaço.

O quinto refere-se à retomada de espaços que haviam sido desconectados, como os casos dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari¹.

A instalação de próteses e sistemas de engenharia no espaço e a formação urbana amapaense

A instalação de próteses² no espaço amapaense vem desde o período colonial. A própria colonização deste espaço impôs novos ritmos às dinâmicas espaciais pré-existentes e aos seus moradores, seja pelo modelo de exploração dos produtos naturais amazônicos, pela sua ocupação e modelos de defesa (construção de fortes), pelo modelo administrativo de seu território (povoados, vilas, cidades, Capitanias, Províncias, Estados, Territórios Federais), seja pelo domínio territorial com demarcações fronteiriças acordadas em tratados internacionais em processos de conquista e compras de terras de países vizinhos (Acre).

Porto et al. (2007) identificam alguns modelos de próteses para o caso amapaense, tais como: próteses jurídicas, institucionais, administrativas e tecnológicas. Essas próteses só podem ser entendidas mediante a sua inserção na dinâmica de ajustes espaciais que, no caso amapaense, foram implantados e estimulados pelo uso de redes e a sua mobilidade no espaço amapaense, os quais foram estimulados pela instalação de sistemas de engenharia e redes de próteses tecnológicas neste espaço.

Segundo esses autores (op. cit., p. 11) “essa dinâmica está diretamente ligada aos movimentos de criação destruidora que se manifestaram pela atuação desses fatores e suas influências sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense”. Como exemplos desse sistema de engenharia têm-se: o setor energético, estradas, ferrovias, hidrelétrica, porto. Com a criação da rede de

próteses, tornou-se possível a inclusão de sistemas de engenharia, cujo processo de construção estimulou não somente o processo de migração, mas também a diversificação das atividades produtivas, principalmente na exploração mineral, com elevada participação do capital internacional.

Com a instalação dessas próteses, ajustes deveriam ser realizados para o melhor funcionamento e atuação daquelas. Por “*ajustes espaciais*” entendem-se as adaptações que são efetivadas no espaço, visando à garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital. Ao analisar o espaço amapaense sob os enfoques de ajustes espaciais, magnitude do estado e o uso do território, Porto et al. (2007) sugerem que foram construídos condicionantes espaciais neste ente federativo. As condições criadas/construídas garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

Com a configuração das redes informacionais no espaço amapaense, ocasionadas pela ação dos fixos e fluxos, este espaço passa por uma nova configuração territorial, seja esta ocasionada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação os quais são modeladores do território (RAFFESTIN, 1981, p. 204). Estes são inseparáveis dos modos de produção e que asseguram a constante reformatação do espaço urbano.

Neste sentido, a nova configuração territorial do espaço amapaense, alavancado pela criação/construção de condições (PORTO, 2007), pela ação dos ajustes espaciais (COUTO et al., 2006), e pela mobilidade antrópica, torna necessária a ampliação e revisão da principal área transformada: a urbana. Seja pela acessibilidade dos serviços prestados pelos sistemas de engenharias instalados, seja pela velocidade que as transformações espaciais exercem sobre o social. Com isso, há a possibilidade de desenvolvimento, valorização e produção de novos territórios.



Considerações finais

A partir das considerações acima descritas e ao resgatar as questões orientadoras deste trabalho, quanto aos fatores definidores para que se constituísse Macapá como cidade média, foram percebidas as seguintes observações:

1) As transformações espaciais existentes no Amapá foram concentradas na sua região central (Macapá, Santana, Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari), sendo que, em Macapá e Santana, a dinâmica é mais intensa devido à posição de centro administrativo e econômico do Amapá. A concentração urbana amapaense nos municípios de Macapá e Santana foi decorrente dos seguintes fatores: Os principais processos produtivos instalados no espaço amapaense foram instalados nesses municípios; em Macapá concentraram-se as principais relações políticas, pois nesta cidade encontra-se toda a máquina administrativa estadual. Com isso, Macapá não é somente centro administrativo estadual, mas também centro econômico;

2) No aspecto demográfico, Macapá, com mais de 350 mil habitantes, atende às classificações do IBGE (entre 100 mil e 500 mil habitantes);

3) A partir do enfoque das interações espaciais não se pode pensar Macapá isoladamente de Santana, pois, a interação do espaço amapaense nos contextos regional e global significa ampliar as dinâmicas territoriais que esses dois municípios possuem. Pelo Município de Santana se tem a interação em volume mediante a sua recepção de produtos nas escalas regional e global a partir de seu porto; Macapá, por sua vez, ocorre pela velocidade (aeroporto) e pela distribuição (comércio atacadista).

No que se refere à manifestação dos impactos dos ajustes espaciais em Macapá à medida que próteses e sistemas de engenharias foram implantados em seu território, vislumbra-se o seguinte:

1) A ocupação deste espaço impôs novos ritmos às dinâmicas espaciais preexistentes e aos seus moradores, seja pelo modelo de exploração dos produtos



naturais amazônicos, pela sua ocupação e modelos de defesa, pelo modelo administrativo de seu território, seja pelo domínio territorial com demarcações fronteiriças acordadas em tratados internacionais em processos de conquista e compras de terras de países vizinhos;

2) A implantação de sistemas de engenharias criaram também movimentos de criação destruidora que se manifestaram pela atuação desses fatores e suas influências sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense;

3) Com a instalação dessas próteses, ajustes deveriam ser realizados para o melhor funcionamento e atuação daquelas que garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

Notas

¹ Serra do Navio nasceu como um canteiro de obras, crescendo para alojamento de funcionários da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), até a sua consolidação como cidade-empresa (*Company Town*), e sua municipalização (1992) ocorreu faltando 10 anos para a conclusão do contrato da ICOMI com o Amapá. Localiza-se a 190 km a noroeste da capital amapaense; possui atualmente elevada dependência do Governo Estadual quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, pois o seu principal setor econômico, a mineração industrial, concluiu suas atividades, encerrando-as em 1997.

O Município de Pedra Branca do Amapari é vizinho à Serra do Navio e possui um potencial mineralógico que atraiu os investimentos das empresas de mineração Anglo-América (2004) e da MMX (2005). Para as explorações do ouro e manganês por essas empresas, respectivamente, aproveitam toda a infra-estrutura instalada pela ICOMI, que exerceu suas atividades no período de 1957-1997.

² Segundo Porto et al. (2007), próteses são “atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas



próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente”.

Referências

AMORIM FILHO, O.; RIGOTTI, J. I. R.. *Os limiares demográficos das cidades médias*. Minas Gerais, 2002. 22 p. mimeo.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BECKER, B.; MIRANDA, M. P. *O papel das cidades na ocupação da Amazônia*. Convênio IPEA/CEPAL. Brasília, 1987. mimeo. 31 p.

BESSA, K. C.. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, São Paulo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Depto. Geografia/FFLCH/USP, 2005a.

_____. Reestruturação da rede urbana brasileira e as cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). *Caminhos de Geografia*. 24 (1), p. 268-288, out., 2005b.

BRITO, D. M. C. *A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação: O caso da APA do Rio Curiaú/AP*, 2003. Macapá: Dissertação (Mestrado na CDS/UNB/UNIFAP). Orientador: José A. Drummond.

CASTRO, M. L.; PORTO, J. L. R.. Ponte Brasil/ Guiana Francesa: Os Paradoxos da Integração num Contexto Multi-Escalar. *Revista Oikos*, 1(7); p. 57-83, 2007.

CHELALA, C. Magnitude e Papel do Estado na Sócio-economia Amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).

CORREA, R. L.. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.



COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. *Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense*. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas)

COUTO, M. E. A.; PORTO, J. L. R. *Transformações espaciais amapaenses após a estadualização – 1990 a 2005*. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do 2º Seminário de Iniciação Científica da UNIFAP, área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

LIMA, R. A. P.; PORTO, J. L. R. Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um Estado Brasileiro na Fronteira Amazônica. In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO, 1. Macapá, 12 de novembro de 2007.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Ed. Valer, 2000.

PEREIRA, J. C. M. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Belém: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ NAEA/UFPA, 2004. Orientador, Saint-Clair C. da Trindade Júnior.

PONTES, B. M. S.. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001. p. 569-607.

PORTO, J. L. R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. Macapá: SETEC, 2003.

_____. *Aspectos da ação do Estado na fronteira amazônica: a experiência do território Federal/Estado do Amapá*. Macapá: Jadson Porto, 2005.

_____. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4)



_____. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).

PORTO, J. L. R.; BIANCHETTI, A. *Dinâmicas urbanas amapaenses: conflitos e perspectivas de um estado em construção*. In: Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental. Brasília, 11 a 15 de setembro de 2005.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A. C.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. In: SEMINÁRIO TRINTA E CINCO ANOS DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. Porto Velho (RO), 26 a 28 de abril de 2007.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, B. A. *Vila serra do navio: Comunidade urbana na selva amazônica. Um projeto do Arq. Osvaldo Arthur Bratke*. São Paulo: Pini, 1992.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1993.

_____. *Economia espacial*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os complexos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

